

Boletim

CR/RR

NOVEMBRO/2017



AGENDA

APEOESP

NOVEMBRO

06 RR Extraordinário

10 Ato Público do
Funcionalismo

13/17 IV Encontro
Pedagógico Latino
Americano e
Encontros Específicos

19 Reunião do CNE –
CNTE

20 Dia Nacional da
Consciência Negra

CUT

NOVEMBRO

08 Atividade de abertura
do mês da
Consciência Negra

10 Ato Público do
Funcionalismo

20 Dia Nacional da
Consciência Negra

28 e 30 Ocupa CUT:
Juventude Fazendo
História

CNTE

NOVEMBRO

13/17 IV Encontro
Pedagógico Latino
Americano e
Encontros Específicos
- Belo Horizonte /MG

16 a 18 Jornada Continental
Pela Democracia
e Contra o
Neoliberalismo –
Montevideo – Uruguai

19 Reunião do CNE –
CNTE

20 Dia Nacional da
Consciência Negra

I. Conjuntura

A situação política no nosso país continua a produzir sinais contraditórios dentro da crise que se instalou com o golpe que tirou do governo a presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

De um lado, permanece no Palácio do Planalto o presidente usurpador, Michel Temer. Pela segunda vez o presidente golpista comprou a conivência da maioria dos deputados presentes à sessão da Câmara Federal que deliberou, novamente, pela não abertura de processo de investigação sobre a denúncia de corrupção formulada pela Procuradoria Geral da República contra ele.

A novidade, no caso, é que a base governista sofre um grande processo de “derretimento” nos últimos meses. Na votação da primeira denúncia, Temer conseguiu 263 votos a seu favor, contra apenas 251 nesta. Em abril, 296 deputados votaram a favor da reforma trabalhista.

Não podemos desconsiderar o papel que nós, professores e professoras cumprimos neste processo de desgaste do governo golpista,

sobretudo no que diz respeito à reforma da previdência. Estamos desde março de 2015 nas ruas para denunciar a articulação do golpe, depois a sua concretização e hoje, somos um dos setores mais presentes e aguerridos na luta pelo fim do golpe e a volta da democracia no nosso país.

O cenário atual traz grande preocupação para o governo golpista e seus aliados, pois um de seus principais compromissos com os banqueiros e empresários que financiaram o golpe, a reforma da previdência, corre o risco de não obter votos suficientes para ser aprovada. Neste momento, os grandes meios de comunicação exibem manchetes que dizem “Temer prioriza a reforma da previdência, mas base resiste” (O Estado de São Paulo) e “Temer sabe que não tem votos para reformar Previdência, diz vice da Câmara” (UOL).

Não é demais lembrar que em agosto de 2016, antes mesmo que o governo enviasse sua proposta ao Congresso, já denunciávamos o que viria a ser o projeto de reforma da

previdência, conclamando todos os trabalhadores em educação e demais categorias a entrar nesta luta. Foi nossa a iniciativa, a partir do XXV Congresso Estadual da APEOESP, realizado no final de 2016, de propor a greve geral dos professores em 15 de março, que terminou por se tornar uma data nacional de mobilização, conduzindo a classe trabalhadora à grande greve geral de 28 de abril.

As dificuldades do governo golpista não podem, de forma alguma, servir de pretexto para a nossa desmobilização. Ao contrário, devemos ampliar nossas iniciativas para derrubar de uma vez por todas esta reforma, o que inclui pressões sobre os deputados em suas regiões, manifestações nos aeroportos, caravanas a Brasília nos momentos cruciais, denúncias nos meios de comunicação e a intensificação do trabalho de esclarecimento da nossa categoria e dos demais trabalhadores sobre o significado desta reforma e os prejuízos que trará a cada um e cada uma.

O povo está na rua

Outro fato que evidencia a complexidade do momento que vivemos é o acirramento do processo de perseguição judicial contra o ex-presidente Lula, ao mesmo tempo em que todas as pesquisas de opinião apontam a ampliação das manifestações de intenção de voto que o levariam novamente à Presidência da República em 2018, caso não seja impedido de concorrer. Esta situação faz com que a mídia corporativa, liderada pela Rede Globo, passe a trabalhar para construir um “anti-Lula” capaz de galvanizar todas as forças adversárias. Isto se evidencia nas declarações de Luciano Huck, funcionário da Globo, de que estaria disposto a realizar esta disputa e, também, nas manchetes tendenciosas sobre a recente pesquisa do Ibope, que afirmam a possibilidade de um segundo turno entre Lula e Bolsonaro, sem, no entanto, apontar qualquer simulação deste hipotético segundo turno.

Configurando uma conjuntura de diversas possibilidades, temos assistido a novas manifestações sindicais e populares que demonstram que o golpe não conseguiu desarticular as

organizações da sociedade civil que a ele fazem oposição. Um desses movimentos, apoiado pela APEOESP – inclusive com a defesa que sua presidenta fez no Congresso da Central Única dos Trabalhadores – exige do Supremo Tribunal Federal a anulação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, sobretudo após as denúncias de que os votos foram comprados por altas somas.

Recentemente a Central de Movimentos Populares realizou seu Congresso Estadual, reunindo milhares de delegados(as) e demonstrando grande vitalidade. Em São Bernardo do Campo, a ocupação Povo sem Medo resiste a todas as ameaças da prefeitura e do governo do Estado, tendo sido alvo de uma absurda decisão judicial que proibiu uma manifestação cultural com a presença do cantor Caetano Veloso, fazendo lembrar os tempos da ditadura. Nós, da APEOESP, realizamos no dia 15/10 o Tributo à Educação, que reuniu 30 mil pessoas na avenida Paulista, após vencermos uma batalha judicial contra o prefeito João Doria, que quis proibir o evento. É neste contexto que ocorre o Dia Nacional de Paralisação em 10/11,

quando os trabalhadores, convocados pelas centrais sindicais e entidades nacionais irão às ruas para exigir a revogação da reforma trabalhista e lutar pelos seus direitos. Em São Paulo nós, professores e professoras, participaremos do ato unificado do funcionalismo, às 14 horas, no Palácio dos Bandeirantes, para cobrar do governador a retirada da “PEC da morte” (PL 920/2017) e o atendimento de nossas reivindicações.

CONAPE – Conferência Nacional Popular de Educação

Para realizar o desmonte das políticas educacionais, o governo golpista de Temer atacou todas as formas de participação da sociedade civil organizada na formulação dessas políticas. O mais recente foi a desestruturação do Fórum Nacional de Educação e a inviabilização da Conferência Nacional de Educação.

A sociedade civil, entretanto, não está disposta simplesmente a aceitar a imposição autoritária dos golpistas e, por isso, está organizando a Conferência Nacional Popular de Educação.

No estado de São Paulo, a fase de realização das

conferências, encontros, plenárias e outras iniciativas no mesmo sentido irá até dezembro deste ano. Assim,

as subsedes devem buscar contato com as demais entidades na região e também com as prefeituras,

onde isto for possível, para realizarem as conferências municipais ou intermunicipais até o final do ano.

II. Campanhas

O envio do PL 920/2017 (que congela os gastos públicos do Estado) é justificado pelo governo do PSDB pela necessidade de pagar a dívida do Estado com a União. Entretanto, esta dívida soma hoje o montante de R\$ 255 bilhões, mas ao mesmo tempo a política de renúncia fiscal promovida por Alckmin desde o seu primeiro governo já fez com que os cofres públicos deixassem de receber R\$ 178 bilhões. Ou seja, se o Estado não praticasse essa benesse para os maiores empresários do país, teria pago 80% de sua dívida ou ela poderia ter sido infinitamente menor.

A luta pela retirada do “PL da morte” é central neste momento. Setores governistas, representados pelo próprio líder do governo na Assembleia Legislativa, declaram contrariedade com o projeto, considerando seu envio uma “burrice”. Porém, não falam em retirá-lo e sim em modificá-lo. Sabem que

os decretos 61.132 e 61.466 de 2015 já vem cumprindo a função de gerar recursos para o pagamento da dívida e que a radicalização contida no PL 920 pode resultar na estagnação do Estado e deterioração dos serviços públicos, o que seria péssimo em ano eleitoral.

Desgovernança em SP

Vamos intensificar nossa luta pela retirada deste projeto. Vamos visitar as escolas e também dialogar com a sociedade. Vamos distribuir a cartilha que analisa o PL da morte e demonstrar que ele é um ataque aos direitos da população que necessita dos serviços públicos e aos servidores públicos, que na educação estão com salários congelados há mais de três anos e trabalham em péssimas condições.

No dia 10/11 as subsedes devem enviar ao Palácio dos Bandeirantes grandes delegações. Devem convidar movimentos e

a comunidade. Este ato público deverá marcar um grito da nossa categoria, dos demais servidores e da população em geral contra a desgovernança do governo Alckmin no estado de São Paulo.

Não podemos permitir que um governador que destrói os serviços públicos, sucateia escolas e outros serviços essenciais para a população se dê a pretensão de governar o país. O que não é bom para São Paulo não pode ser bom para o Brasil.

Reajuste salarial já!

Estamos em luta pela reposição salarial de 24% para cobrir nossas perdas acumuladas desde julho de 2014, na perspectiva do cumprimento da meta 17 do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação (equiparação salarial com os demais profissionais com formação equivalente). Ao mesmo tempo, exigimos o cumprimento da decisão

judicial que determina reajuste de 10,5% para todos os professores PEB I, da ativa e aposentados, com extensão para todos os integrantes da carreira do magistério. O governo está desrespeitando a decisão e a APEOESP já recorreu ao juiz responsável. Esgotado o prazo de 30 dias para o cumprimento, o juiz avaliará as medidas punitivas que poderá aplicar ao Estado.

Categoria O

A APEOESP discutiu em diversos momentos com a Secretaria da Educação a necessidade de se assegurar que 35 mil professores da categoria O não sejam demitidos ao final do ano. Para tanto, houve acordo em relação a um projeto de lei complementar para reduzir o afastamento destes professores após o final do contrato, de 180 para 40 dias, permitindo que possam participar do processo de atribuição de aulas no início de 2018.

Agora, o envio deste projeto para deliberação urgente na Assembleia Legislativa depende do governador Geraldo Alckmin. Por isso, é fundamental um massivo comparecimento dos professores da categoria O no ato público do dia

10/11 no Palácio dos Bandeirantes para pressionar o governador a enviar imediatamente o projeto para a deliberação da Alesp.

Para além desta solução emergencial, nossa perspectiva é garantir o cumprimento da Estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação: nova forma de contratação de professores temporários com equiparação de direitos com os professores efetivos.

O ato do dia 10/11 será também um momento de luta em defesa dos seguintes pontos:

- Por 24% de reajuste salarial imediato para repor perdas acumuladas desde julho de 2014, para toda a categoria, da ativa e aposentados. Contra a política de reajuste zero.
- Pelo cumprimento da decisão judicial que determina reajuste de 10,5% para todos os professores PEB I, da ativa e aposentados, com extensão para todos os integrantes da carreira do magistério.
- Pelo cumprimento da meta 17 do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação (equiparação salarial com os demais

profissionais com formação equivalente).

- Pelo fim do fechamento de classes e escolas, desdobramento das classes superlotadas, abertura de novas classes, limite de 25 estudantes por classe em todos os níveis.
- Pela não demissão dos professores da categoria O; redução do afastamento após o contrato de 180 dias para 40 dias para que possam participar da atribuição de aulas de 2018.
- Pelo cumprimento da Estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação: nova forma de contratação de professores temporários com equiparação de direitos com os professores efetivos.
- Pela convocação de todos/as os/as concursados/as.
- Pelo retorno dos professores e professoras aos projetos da pasta.
- Pela ampliação do número de professores mediadores para minimizar o problema da violência nas escolas. E demais reivindicações.

Ensino religioso: como fica o Estado laico?

Na esteira do golpe político sofrido pela

presidenta Dilma Rousseff, uma onda conservadora vem tomando conta do Brasil. Neste clima, o Supremo Tribunal Federal determinou, no dia 27 de setembro, que o ensino religioso confessional nas escolas públicas, vinculado a uma ou a várias religiões específicas, é compatível num Estado laico, contrariando a Ação Direta de Inconstitucionalidade da Procuradoria Geral da República em relação a esta concepção.

Liberar o proselitismo de uma determinada religião aos estudantes representa um grande retrocesso. A laicidade do Estado e, portanto, da educação pública, é uma necessidade da democracia e da formação dos nossos estudantes de acordo com princípios humanistas, para prepará-los ao exercício pleno da cidadania, para a continuidade dos estudos, para o mundo do trabalho, enfim, para a vida.

A separação entre a Igreja e o Estado no Brasil data da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e todas as nossas Constituições a mantiveram desde então. Na prática, a decisão do STF quebra esta separação.

Padres, pastores, rabinos e outros sacerdotes poderão

ocupar o lugar dos professores nas aulas de ensino religioso?

A decisão cria uma situação tal, que nos permite imaginar uma hipotética disputa entre o bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, e o arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, junto ao governador de São Paulo e aos 645 prefeitos e prefeitas para definir qual das instituições religiosas atuará no maior número de unidades escolares.

Preocupa-nos, não apenas esta disputa entre religiões majoritárias, mas também possíveis discriminações a credos de matriz africana (como o candomblé e a umbanda). Mais do que um ataque a essas religiões, representa também um ataque a uma etnia, já majoritária no Brasil.

Os praticantes de outras religiões, como o islamismo, o budismo, o judaísmo podem tornar-se alvos de intolerância e preconceitos no ambiente escolar, considerando este clima de disputa que certamente irá se estabelecer.

O ensino religioso, inserido e articulado ao projeto político-pedagógico da escola, não deve permitir ou incentivar este tipo de disputa ou doutrinação. Deve pautar-se pelo estudo e compreensão

da história das religiões, o significado e o papel de cada uma no desenvolvimento das civilizações humanas, a realização de estudos sobre a Bíblia, o Corão, a Torá e outros livros religiosos para compreendê-los em seus contextos históricos, filosóficos, sociológicos e até mesmo políticos, sem qualquer tipo de preconceito e discriminação e sem desrespeitar nenhuma religião.

Como já afirmado, a escolha da religião que irá seguir ou a decisão de não professar nenhuma delas é uma atitude individual, de cada estudante, e não deve ser determinada pela escola ou pelo Estado.

Devemos realizar este debate nas nossas escolas e, juntos, lutarmos para reverter esta decisão do STF.

Barrar a farsa da “escola sem partido”

O movimento que se denomina “escola sem partido” tem realizado grande ofensiva nas câmaras municipais em todo o estado de São Paulo. Em diversas cidades, vereadores ligados a este movimento apresentam projetos e em várias Câmaras vem conseguindo aprová-los nas comissões ou em primeiras votações em

plenário, como no caso recente de Campinas. Mais grave, em Jundiá, a lei da escola sem partido já foi promulgada, apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter declarado a inconstitucionalidade deste tipo de projeto.

O movimento “escola sem partido” tenta estabelecer uma gestão autoritária nas nossas escolas, na qual o diálogo entre pais e professores é substituído pela opressão, assédio, censura, delação e punição aos profissionais da educação. Este movimento apela ao senso comum, como forma de ludibriar a sociedade. Se é verdade que nenhum de nós é favorável à “partidarização” do processo educativo, também é verdade que a imposição de um projeto como o da “escola sem partido” significará que a liberdade de cátedra do professor, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber serão substituídas por uma suposta “neutralidade” que, na prática, significa a imposição de um pensamento único, qual seja, o pensamento do partido que está no poder,

que comanda a política educacional daquele sistema educacional ou rede de ensino.

Para que os estudantes consigam refletir criticamente sobre a sua realidade, é fundamental que a escola seja um espaço de debate e reflexão. A escola é o espaço da ciência, do conhecimento e da busca de novos conhecimentos. Isto supõe a existência de uma relação dialógica entre o educando e o educador e de ambos com o seu meio. Neste cenário, um professor, por exemplo, ficaria proibido de comentar notícias do dia, falar de política, ensinar a consagrada teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin, ou mesmo discutir questões de gênero e de sexualidade.

Este tipo de movimento, obviamente conflita com a gestão democrática da escola. A gestão democrática se realiza, por exemplo, pela possibilidade da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) pela comunidade escolar, por meio do Conselho de Escola; pelo respeito à autonomia dos estudantes para construírem e atuarem nos Grêmios Livres. As mesmas pessoas que defendem

este modelo de “escola neutra”, se colocam contra os professores e estudantes, quando estes se mobilizam em defesa de seus direitos e necessidades.

Precisamos deter este movimento denominado “escola sem partido”.

Além dos projetos que tramitam nas Câmaras, há na Assembleia Legislativa a tramitação de três projetos de lei: o PL 655/2015, de autoria do deputado Aldo Demarchi (DEM), que proíbe a “prática do proselitismo político no Sistema Educacional do Estado de São Paulo” (ou seja, afetariam o conjunto das escolas federais, estaduais, municipais e privadas); o 960/2014, do deputado estadual José Bittencourt (PSD), e o de número 1.301/2015, do deputado estadual Luiz Fernando Machado (PSDB), este último recentemente anexado ao primeiro.

Como cidadãos e cidadãs, educadores(as), é preciso que o conjunto dos(as) professores(as) assumam a liderança deste debate, buscando esclarecer os estudantes, os pais e a comunidade em geral sobre o caráter conservador e antidemocrático do

movimento escola sem partido e de seus projetos de lei. Apenas o envolvimento da sociedade civil organizada neste debate poderá evitar a aprovação desta proposta, não apenas na Assembleia Legislativa de São Paulo, mas nas Câmaras Municipais

em todo estado de São Paulo e no Brasil.

Conferência de Mulheres da APEOESP

Nos dias 25 e 26/11 a APEOESP realizará sua VI Conferência Estadual de Mulheres em local a ser

definido. Mais informações serão encaminhadas oportunamente. Nesta reunião de representantes, as subseções devem eleger as representantes que participarão da conferência, de acordo com a tabela na página 10.

III. Encaminhamentos

Questões a serem debatidas nas reuniões de representantes, efetivadas nas regiões e encaminhadas ao CER:

- Atividades de pressão nas regiões sobre os parlamentares contra a reforma da previdência.
- Atividades nos aeroportos no embarque e desembarque de parlamentares, contra a reforma da previdência, organizadas juntamente com os demais setores, por meio dos comitês de luta contra o golpe em defesa da democracia.
- Intensificação das visitas às escolas para esclarecer os professores e a comunidade sobre a conjuntura, a luta contra a reforma da previdência, sobre o PL da morte e a necessidade do engajamento de todos e todas na luta pelas nossas reivindicações.
- Operação Caça Alckmin e também Caça Secretário, quando visitarem as regiões.
- Conquistar espaços nas mídias locais para denunciar os projetos do governo Alckmin, especialmente, neste momento, o PL da morte.
- Exigir da diretoria de ensino informações sobre o número de aulas não ministradas no primeiro semestre de 2017, remetendo estas informações para a Sede Central (presiden@apeoesp.org.br) para que possamos denunciar a atual situação de falta de professores na rede estadual de ensino. Essas informações são
- públicas. Se houver recusa da DE em fornecer, buscar pelos meios judiciais.
- Continuar coletando e organizando a demanda por vagas nas escolas estaduais e pressionar as DEs para que atendam essa demanda nas escolas onde esteja havendo recusa.
- Continuar coletando e remetendo para a Sede Central informações sobre fechamentos de escolas e classes.
- Organizar grandes caravanas para o ato público de 10/11 no Palácio dos Bandeirantes. Além dos professores e professoras, a comunidade deve ser convidada.

TOTAL DELEGADAS - VI CONFERÊNCIA DA MULHER 2017

SUBSEDES	TOTAL SÓCIOS	TOTAL DELEGADAS
-CAP. ITAQUERA	3197	11
-CAP. LAPA	2627	9
-CAP. LESTE-PENHA	2230	7
-CAP. LESTE-TATUAPE	1155	4
-CAP. LESTE-VILA PRUDENTE	976	3
-CAP. NORTE	2640	11
-CAP. SANTO AMARO	4951	16
-CAP. SAO MIGUEL PAULISTA	2168	7
-CAP. SUDESTE/CENTRO	3213	11
-CAP. SUDOESTE	1119	4
CARAPICUIBA	1893	6
COTIA	505	2
DIADEMA	1194	4
FRANCO DA ROCHA	1349	4
GUARULHOS	3773	12
ITAPEVI	692	2
ITAQUAQUECETUBA	831	3
MAUA	1478	5
MOGI DAS CRUZES	1745	6
OSASCO	1366	5
POA	861	3
RIBEIRAO PIRES	699	2
SANTO ANDRE	2239	7
SAO BERNARDO DO CAMPO	1908	6
SAO CAETANO DO SUL	523	2
SUZANO	1010	3
TABOAO DA SERRA	1386	5
AMERICANA	1312	4
AMPARO	596	2
ANDRADINA	867	3
ARACATUBA	2146	7
ARARAQUARA	1448	5
ARARAS	683	2
ASSIS	1276	4
ATIBAIA	543	2
AVARE	713	2
BAIXADA SANTISTA	3106	10
BARRETOS	726	2
BAURU	1866	6
BEBEDOURO	663	2
BOTUCATU	853	3
BRAGANCA PAULISTA	773	3
CAÇAPAVA	309	1
CAMPINAS	5387	18
CARAGUATATUBA	834	3
CASA BRANCA	632	2
CATANDUVA	1431	5

SUBSEDES	TOTAL SÓCIOS	TOTAL DELEGADAS
CRUZEIRO	473	2
DRACENA	881	3
FERNANDOPOLIS	500	2
FRANCA	2179	7
GUARATINGUETA	1070	4
INDAIATUBA	671	2
ITAPETININGA	1366	5
ITAPEVA	1096	4
JABOTICABAL	1001	3
JACAREI	835	3
JALES	796	3
JAU	1133	4
JUNDIAI	1627	5
LIMEIRA	878	3
LINS	799	3
LITORAL SUL	731	2
LORENA	724	2
MARILIA	1436	5
MOGI MIRIM	1316	4
OLIMPIA	290	1
ORLANDIA	394	1
OSVALDO CRUZ	837	3
OURINHOS	677	2
PENAPOLIS	792	3
PEREIRA BARRETO	423	1
PINDAMONHANGABA	820	3
PIRACICABA	1763	6
PIRAJU	457	2
PIRASSUNUNGA	577	2
PRESIDENTE PRUDENTE	2018	7
PRESIDENTE VENCESLAU	651	2
RIBEIRAO PRETO	2294	8
RIO CLARO	883	3
SALTO	870	3
SAO CARLOS	668	2
SAO JOAO DA BOA VISTA	884	3
SAO JOSE DO RIO PRETO	1806	6
SAO JOSE DOS CAMPOS	1800	6
SAO ROQUE	586	2
SOROCABA	2509	8
SUMARE/HORTOLANDIA	1286	4
TATUI	390	1
TAUBATE	908	3
TEODORO SAMPAIO	590	2
TUPA	510	2
VALE DO RIBEIRA	1221	4
VOTUPORANGA	858	3
TOTAL		400

* Base: associados pagantes

Governador, retire o "PL da morte" (PL 920/2017)!

DIA
10
SEXTA
ATO PÚBLICO
Novembro
14h
COM PARALISAÇÃO
Local:
Palácio dos Bandeirantes



REAJUSTE SALARIAL JÁ!

O Governo tem que cumprir a liminar da justiça: 10% de reajuste para toda a categoria, da ativa e aposentados

Reajuste emergencial de 24% para repor as perdas salariais desde julho de 2014

Cumprimento da Meta 17 do Plano Estadual de Educação – equiparação salarial com demais profissionais com formação equivalente

Extensão dos direitos da categoria F para os/as atuais professores/as da categoria O, sem quarentena ou duzentena

Nova lei de contratação de temporários, com equiparação de direitos aos/as professores/as efetivos/as (Estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação)

Não ao fechamento e superlotação de classes. Limite máximo de 25 estudantes por classe

Convocação de todos/as os/as concursados/as, PEB I e PEB II

Fim do MMR. Não aceitamos intervenção no trabalho pedagógico dos/as professores/as

Em defesa do IAMSPE sob controle do funcionalismo

E demais reivindicações

APEOESP

SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

FILIADO À
CNE
E
CUT

www.apeesp.org.br

Boletim

CR/RR

NOVEMBRO/2017



expediente

Dirigentes responsáveis por esta publicação

Leandro Alves Oliveira
Secretário Geral

Sílvio de Souza
Secretário Geral Adjunto

Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Roberto Guido
Secretário de Comunicações

Stenio Matheus de Moraes Lima
Secretário de Comunicações Adjunto

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Stenio Matheus de Moraes Lima
Leandro Alves Oliveira
Sílvio de Sousa
Rita de Cássia Cardoso
Richard Araújo
Fláudio Azevedo Lima
Miguel Noel Meirelles
Francisco de Assis Ferreira
Paula Cristina Oliveira Penha

Tiragem 12 mil exemplares



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNE** e **CUT**

www.apeoesp.org.br
secgeral@apeoesp.org.br

Praça da República, 282
Tel. (0xx11) 3350-6000 • Fax (0xx11) 3350-6125
CEP 01045-000 • Capital, SP

DIRETORIA DA APEOESP TRIÊNIO 2017/2020

DIRETORIA EXECUTIVA: **Presidente:** Maria Izabel Azevedo Noronha; **Vice Presidente:** Fábio Santos de Moraes; **Secretário Geral:** Leandro Alves Oliveira; **Secretário Geral Adjunto:** Sílvio de Souza; **Secretário de Finanças:** Fláudio Azevedo Lima; **Secretário de Finanças Adjunto:** Miguel Noel Meirelles; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Secretária de Administração Adjunta:** Maria José Carvalho Cunha; **Secretária de Patrimônio:** Tereza Cristina Moreira da Silva; **Secretário de Patrimônio Adjunto:** Luiz Gonzaga José; **Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:** Francisca Pereira da Rocha Seixas; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:** Ezio Expedito Ferreira Lima; **Secretário de Comunicações:** José Roberto Guido Pereira; **Secretário de Comunicações Adjunto:** Stenio Matheus de Moraes Lima; **Secretária de Formação:** Zenaide Honório; **Secretário de Formação Adjunto:** Paulo José das Neves; **Secretário de Política Sindical:** Moacyr Américo da Silva; **Secretária de Política Sindical Adjunta:** Ozani Martiniano de Souza; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Francisco de Assis Ferreira; **Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:** Paula Cristina Oliveira Penha; **Secretária de Políticas Sociais:** Rita de Cássia Cardoso; **Secretário de Políticas Sociais Adjunto:** Richard Araújo; **Secretária para Assuntos do Aposentado:** Florípes Ingracia Borioli Godinho; **Secretária para Assuntos do Aposentado Adjunta:** Ana Lucia Ferreira; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Suely Fátima de Oliveira; **Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:** Rosa Maria de Araújo Fiorentin; **Secretária para Assuntos Municipais:** Nilceia Fleury Victorino; **Secretário para Assuntos Municipais Adjunto:** Tales Amaro Ferreira; **Secretária Geral de Organização:** Cilene Maria Obici; **Secretário de Organização da Capital:** Fábio Santos Silva; **Secretário de Organização da Grande São Paulo:** João Luis Dias Zafalão; **Secretária de Organização do Interior:** Maria de Lourdes Rafael e Souza; **Secretária de Organização do Interior:** Sonia Maria Maciel; **Secretário de Organização do Interior:** Jorge Leonardo Paz; **Secretário de Organização do Interior:** Sérgio Martins da Cunha

DIRETORIA ESTADUAL: Ademar de Assis Camelo; Alfredo Andrade da Silva; Altair de Oliveira Gomes; Ana Amália Pedrosa Curtarelli; Ana Carolina Correia - Sorocaba; Ana Lúcia Santos Cugler; Ana Lúcia Viana; Anatalina Lourenço da Silva; Andreia Oliveira de Souza Soares; Antônio do Vale; Antonio Gandini Junior; Antônio Gerônimo; Antonio Lages França; Antônio Jovem de Jesus Lima; Ary Neves da Silva; Benedita Lúcia da Silva; Benedito Jesus dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Cauê Vieira Campos; Claudia Cristina Alves de Souza; Claudio Juhrs Rodrigues; Claudio Luiz Alves de Santana; Débora Cristina Nunes; Denise Alves Moreira; Dorival Aparecido da Silva; Edna Azevedo Fernandes; Eliane Aparecida Garcia; Emanuel Duarte; Fábio Henrique Granados Sardinha; Fátima Aparecida da Silva Faria; Felipe Brilhante Maropo; Flavia Bischain Rosa; Francisco José de Lima Neto; Geraldo Cesar Martins de Oliveira; Janete Pereira da Silva; Jesse Pereira Felipe; João Batista Silva dos Santos; Joaquim Soares da Silva Neto; José Bonfim Ferreira do Prado; Jose de Jesus Costa; José Geraldo Corrêa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; Joselei Francisco de Souza; Jovina Maria da Silva; Juvenal Aguiar Penteado Neto; Leonor Penteado dos Santos Peres; Luciano Delgado; Luis Antonio Nunes da Horta; Luiz Claudio de Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Magda Souza de Jesus; Mara Cristina de Almeida; Marcella de Campos Costa; Marcos César Luiz Ferreira; Maria Carlota Niero Rocha; Maria de Lourdes Cavichioli; Maria de Lourdes Mantovani Pavan; Maria Lícia Ambrosio Orlandi; Maria Regina de Souza Sena; Maurício Santos dos Santos; Mauro da Silva Inácio; Nilson Silva; Nizete Nascimento Albuquerque Gusmão; Orivaldo Felício; Osman Martiniano de Souza; Pedro Alberto Vicente de Oliveira; Pedro Paulo Vieira de Carvalho; Raphael Henrique de Moraes Gregório; Regina Célia de Oliveira; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberta Maria Teixeira de Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves de Souza; Ronald Torelli; Rui Carlos Lopes de Alencar; Sílvio Carlos da Silva Prado; Suzi da Silva; Uilder Cácio de Freitas; Vania Pereira da Silva; Vera Lucia Zirnberger; Waldir Siqueira; Wilson Augusto Fiuza Frazão; Yara Aparecida Bernardi Antonioli